

O Modelo de Fluxos Múltiplos e a Política Pública de Turismo na Bragança Amazônica (PA)

The Multiple Stream Model and the Public Policy of Tourism in Bragança Amazônica (PA)

DOI:10.34117/bjdv6n11-226

Recebimento dos originais: 19/10/2020

Aceitação para publicação: 12/11/2020

Vânia Lúcia Quadros Nascimento

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental – PPGDSTU pela Universidade Federal do Pará

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa, nº 01 - Guamá, Belém – PA, Brasil

E-mail: vaniaquadros@ufpa.br

Felipe da Silva Gonçalves

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa, nº 01 - Guamá, Belém – PA, Brasil

E-mail: felipegoncalves.tur@gmail.com

Helena Doris de Almeida Barbosa

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental – PPGDSTU pela Universidade Federal do Pará

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa, nº 01 - Guamá, Belém – PA, Brasil

E-mail: hdoris@ufpa.br

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a formulação das políticas públicas de turismo em municípios paraenses. A pesquisa objetivou identificar os participantes ativos e os fatores que influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo do município de Bragança (Pará). O Modelo de Fluxos Múltiplos de John W. Kingdon foi utilizado como suporte teórico e metodológico. De acordo com este modelo, os resultados das políticas públicas são produto da convergência de fluxos múltiplos, em um momento específico, fomentada pela ação de um empreendedor de políticas públicas. As evidências empíricas estão fundamentadas em pesquisas bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com funcionárias do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Turismo de Bragança (SETUR-Bragança). Os resultados encontrados indicam que a política pública de turismo de Bragança ainda não está materializada em um Plano Municipal de Turismo (PMT), pois este ainda está nas etapas finais do processo de formulação; que existe um Conselho Municipal de Turismo de Bragança (COMTUR), mas que não atuou no processo de formulação do PMT; que os representantes do *trade* turístico participaram, porém individualmente; e que há pesquisa de demanda, Plano de Posicionamento de Mercado e Inventário da Oferta Turística no município. Conclui-se a partir do modelo de análise utilizado, que, embora constatada a existência de fatores que influenciam os fluxos múltiplos do processo de formulação da política pública de turismo, só foi possível identificar totalmente os que afetam o fluxo de políticas públicas. Constatou-se, ainda, um fator a mais a influencia-lo, as orientações e determinações do Ministério do Turismo (MTUR).

Foi também caracterizada a atuação apenas de participantes ativos invisíveis, pertencentes ao segundo escalão do Executivo e do Legislativo municipal, bem como a atuação do empreendedor de políticas públicas.

Palavras-Chave: Análise de Política Pública de Turismo, Modelo de Fluxos Múltiplos, Bragança (PA).

ABSTRACT

This paper presents preliminary results of a research about the formulation of the tourism public policy in Pará state. The research objective was to identify the active participants and the factors that influenced the formulation process of Bragança's public policies of tourism. The Multiple Stream Model of John W. Kingdon was used as theoretical and methodological support. According to this model, the results of public policies are product from the convergence of multiple stream, at a specific time, fostered by the action of a public policy entrepreneur. The empirical evidences are based on a bibliographic and documentary research, and the semi-structured interviews with employees of the Municipal Secretariat of Tourism of Bragança (SETUR-Bragança). The results found indicate that Bragança's public policies of tourism are not materialized in a Municipal Tourism Plan (PMT), because it is still in the final stages of the formulation process; that there is a Municipal Tourism Council of Bragança (COMTUR), but that did not act in the process of formulation of the PMT; that the representatives of the tourist trade participated, but individually; and that there is demand research, Market Positioning Plan and Tourist Offer Inventory. It is concluded from the analysis model used that, although the existence of factors that influence the multiple streams of the public policy of tourism formulation process was verified, it was only possible to fully identify those that affect the policy stream. One more factor was found to influence it, the guidelines and determinations of the Ministry of Tourism (MTUR). It was also characterized the performance of invisible active participants only, belonging to the second echelon of the Municipal Executive and Legislative, as well as the performance of the policy entrepreneur.

Keywords: Tourism Public Policy Analysis, Multiple Streams Model, Bragança (PA).

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas materializam a intenção da gestão pública em relação às questões de interesse da sociedade, tanto no sentido de solucionar problemas quanto de promover iniciativas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida. Então, é imprescindível analisar essas políticas, desde sua formulação até a conclusão. Todavia, isso ainda é uma prática recente e que se limita, majoritariamente, a estudar as políticas já formuladas ou que estão sendo implementadas.

Com base nisso, a pesquisa ora relatada originou-se da necessidade de se examinar uma etapa do ciclo da política pública ainda pouco usual de ser estudada, a de formulação da política, a partir do seguinte questionamento: que participantes ativos e que fatores influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo de Bragança (Pará)? Para tanto, foi utilizado como arcabouço-teórico metodológico o Modelo de Fluxos Múltiplos de John W. Kingdon (1995, 2007, 2011). Tal opção se efetivou por se acreditar ser ele o mais eficiente para analisar o processo de

formulação de uma política pública, notadamente as fases de estabelecimento da agenda e de especificação das alternativas.

Com o objetivo de identificar os participantes ativos e que fatores influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo de Bragança (Pará) foram procedidas inicialmente pesquisas bibliográfica e documental. A primeira para construção do arcabouço teórico; e a segunda com enfoque na análise de documentos referentes à política pública de turismo do município de Bragança. Posteriormente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com funcionárias do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Turismo de Bragança (SETUR-Bragança).

Os resultados encontrados apontam que a política pública de turismo do município está em etapa final do processo de formulação e que foi possível identificar alguns fatores que influenciaram os fluxos múltiplos. Assim sendo, foram identificados os três fatores que influenciam o fluxo das políticas públicas, dois que interferem no fluxo de problemas e dois que afetam o fluxo da política. Entretanto, um fator que não integra o Modelo analítico, mas que interfere no fluxo das políticas públicas, foi identificado: as orientações e determinações do Ministério do Turismo (MTUR).

Com relação aos participantes do processo, constatou-se a participação de integrantes do *trade* turístico do município, o que ocorreu não via Conselho Municipal de Turismo, no qual tais atores estão representados, mas de modo individualizado. Bem como de técnicos do segundo escalão do Executivo e do Legislativo, quais sejam a equipe técnica da SETUR-Bragança e um vereador municipal; além da equipe técnica da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, responsável pela formulação do Plano a partir de uma parceria interinstitucional. Se conseguiu apontar, igualmente, quem desempenhou o papel de empreendedor de política pública.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O pano de fundo que caracteriza a pesquisa ora relatada não é uma abordagem generalista sobre as políticas públicas de turismo, mas sim algo mais específico, a análise delas. Temática que vem sendo estudada, tanto no contexto internacional quanto no nacional, em função de sua relevância para a gestão do turismo em destinos que se pretendem turísticos. Embora ainda incipientes, tais estudos abordam questões distintas.

No âmbito internacional, cita-se, entre outros, a pesquisa realizada, na Grécia, por Farsari, Butler e Szivas (2011), sobre a política pública de turismo nos diferentes níveis de decisão política. O estudo sobre a evolução das políticas públicas de turismo em Portugal e na Espanha, desenvolvida por Garcia (2014); a pesquisa sobre a formulação de tais políticas em Leeds, Inglaterra, abordada por

Stevenson, Aire e Miller (2008); e a de Wang e Ap (2013), que pesquisaram a implementação da política pública de turismo na China. Abordam tanto a formulação quanto a implementação das políticas.

Em âmbito nacional, os estudos sobre a análise de políticas públicas de turismo também são embrionários. Porém, enfocam políticas em fase de implementação, como o de Coelho, Mota e Vasconcelos (2015); ou concluídas, como o de Oliveira (2015). Merecem destaque as análises de Noia, Vieira e Kushano (2007) e Sancho e Irving (2010), sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007; e as de Kanitz, Trigueiro e Araújo (2010) e Sancho e Irving (2011), sobre o PNT 2007-2010. Vale citar, ainda, o estudo de Borges e Silva (2019) que aborda a política pública de turismo como fator de desenvolvimento local.

Em se tratando do contexto das regiões brasileiras, as pesquisas sobre análises de políticas públicas de turismo da/na Amazônia são igualmente elementares. Um levantamento tendo como horizonte temporal o período de 2012 a 2017 pode ser observado na Figura 1. Ressalta-se que, além das listadas no referido quadro, outras podem existir, porém com a abordagem em tela somente essas foram identificadas.

Figura 1 – Pesquisas sobre análise de políticas públicas de turismo da/na Amazônia (2012-2017)

Autor(es) /Ano	Aspectos estudados	Local
Sansolo (2013)	Políticas federais de turismo na Amazônia, levando em conta os paradigmas do centralismo e da descentralização	Brasil
Silva (2013)	Processo de implementação da política estadual do Amazonas, no qual tem como prioridade a promoção do turismo ecológico e do cultural	Amazonas
Nascimento (2014)	Semelhanças e diferenças entre as políticas públicas de turismo nos estados do Amazonas e do Pará, considerando o processo de formulação	Amazonas e Pará
Nascimento e Simonian (2014)	Implementação da política de ecoturismo no polo Belém/Costa Atlântica	Pará
Nascimento (2015)	Ascensão do turismo às agendas dos governos dos estados do Amazonas e do Pará	Amazonas e Pará
Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo do estado do Pará.	Pará
Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016b)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo do estado do Amazonas.	Amazonas
Chagas Neto e Almeida (2016)	Características, desafios e perspectivas da gestão pública em turismo a partir do Plano Plurianual 2014-2017 do município de Belém.	Belém (PA)
Nascimento (2017)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo no município de Tracuateua (PA)	Tracuateua (PA)

Fonte: Adaptado a partir de Nascimento, V. L. Q. (mai./jul. 2017). Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do modelo de fluxos múltiplos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), p. 360.

Convém destacar que, em se tratando do ciclo da política pública, a etapa que mais recebe atenção é a da implementação ou são estudadas as políticas já encerradas/concluídas. É pouso usual analisar o estabelecimento da agenda e a formulação da política pública, o que acontece nos estudos de Nascimento (2014, 2015, 2017) e de Nascimento, Simonian e Farias (2016a, 2016b). Nos demais são pesquisadas as políticas já formuladas.

De acordo com Frey (2000), o ciclo da política pública compreende os estágios/fases nominados de percepção e definição de problemas, *agenda setting*, elaboração de programas e decisão, implementação da política, e avaliação da política e ocasional correção da ação. E a mais enfatizada é a da *agenda setting*, que explica como as agendas dos governos são definidas e alteradas. Assim, para estudar essa fase, John W. Kingdon desenvolveu o Modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams Model*) (1995, 2017, 2011), o qual foi utilizado como suporte teórico e metodológico para a pesquisa ora relatada.

Na concepção desse autor, a formulação de uma política pública congrega vários processos. Quais sejam: o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas que subsidiarão as escolhas a serem procedidas; a seleção dentre essas alternativas, a serem feitas por votação no Legislativo ou por deliberação do Executivo; e a implementação da alternativa selecionada. O que consiste em uma variação do ciclo da política pública.

É válido registrar que o Modelo de Fluxos Múltiplos tem sido utilizado para estudar políticas públicas no Brasil. Ele tem sido eficiente na análise de políticas públicas nas áreas da saúde, vide os estudos de Gottens et al (2013), Metten et al (2015) e Silva e Moraes (2012), e da Assistência Social, a exemplo da pesquisa de Trevisany, Burlandy e Jaime (2012). E, ainda, de turismo, a exemplo dos estudos de Nascimento (2014, 2015, 2017) e de Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b), abordando políticas públicas de turismo em âmbito estadual e municipal.

Kingdon (1995, 2007, 2011) formulou seu modelo a partir da diferenciação entre agenda e alternativa. A primeira é defendida por ele como a listagem de temas que em determinado momentos recebem a atenção de pessoas de dentro e do entorno do governo. Dessa listagem emergem a agenda de governo, que congrega os temas que recebem atenção do governante e de seus assessores mais próximos, e a agenda de decisão ou decisória, que reúne os assuntos que serão efetivamente trabalhados.

As alternativas constituem-se nas soluções indicadas para equacionar certo problema. Tais alternativas são inúmeras, mas durante o processo de seleção há uma redução delas, posto que as inviáveis, as que se complementam ou as que são de pouca relevância se agregam umas às outras,

restando então as que serão efetivamente consideradas. É o que tal autor denomina especificação das alternativas.

Aqui, Kingdon (1995, 2007, 2011) faz uma segunda diferenciação, argumentando que o estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas são processos que ocorrem com dinâmicas diferentes. E que para entendê-los é necessário compreender dois aspectos: o motivo de alguns temas serem priorizados em detrimento de outros na agenda de governo; e a razão de ser concedida mais atenção para determinada alternativa em detrimento da outra. Para ele, então, os participantes ativos e os processos pelos quais eles exercem suas influências são os fatores que influenciam o estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas. Mas como isso acontece?

Kingdon (1995, 2007, 2011) define que as políticas públicas emergem do estabelecimento da agenda e da especificação das alternativas e que decorrem da convergência integral dos fluxos múltiplos, denominados fluxos de problemas, fluxo da política e fluxo das políticas públicas. Tal convergência ocorre somente em um momento específico, quando há um problema definido, alternativas para solucioná-lo são propostas, o contexto político é favorável e há a atuação empreendedora de um participante ativo especial. De outro modo, quando há a combinação específica desses quatro elementos: problema, solução, contexto favorável e ação de um participante.

Na concepção de Kingdon (1995, 2007, 2011), os fluxos múltiplos fluem pelo sistema paralelamente e de modo independente, podendo convergir totalmente, parcialmente ou mesmo não convergir. Cada um deles tem suas características e sua dinâmica exclusiva. E a dinâmica de cada fluxo sofre influência de determinados fatores, que também são exclusivos, ou seja, fatores que influenciam determinado fluxo não o fazem em outro, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Fatores que influenciam os fluxos múltiplos

	Fluxos		
	Problemas	Política	Políticas públicas
Fatores	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores • Eventos-foco • Feedback de programas já existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Clima/humor político nacional (estadual ou municipal) • Mudanças no governo • Forças políticas organizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilidade técnica • Harmonia com os valores das comunidades de especialistas • Antecipação de restrições (restrição orçamentária, aceitabilidade do público e receptividade política)

Fonte: Elaborado a partir de Kingdon (1995, 2007, 2011)

O estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas são influenciados pela atuação dos participantes ativos, caracterizados como visíveis ou como invisíveis. Os participantes ativos visíveis, são os que recebem a atenção do público em geral e da imprensa, quais sejam o mais elevado

representante do Executivo e do Legislativo, a mídia especializada no problema em tela e os atores ligados ao processo eleitoral, especialmente os integrantes dos comitês de campanha. Estes exercem maior influência sobre o estabelecimento da agenda.

Os participantes ativos invisíveis são aqueles que recebem pouca ou quase nenhuma atenção do público em geral e da imprensa. São eles: pesquisadores, acadêmicos, servidores públicos de carreira/segundo escalão do Executivo e do Legislativo, consultores/analistas de grupos de interesse. Eles formam as comunidades de especialistas e exercem maior influência sobre a especificação das alternativas.

Há, segundo Kingdon (1995, 2007, 2011), um participante especial, que pode emergir tanto do grupo dos visíveis quanto dos invisíveis que é denominado empreendedor de políticas públicas. Este é descrito como alguém que investe todos os seus recursos e o tempo que dispõe para defender certo problema ou as alternativas de soluções para um problema, de modo que possa se beneficiar disso no futuro. É, ainda, alguém com reputação boa e/ou popularidade política, com habilidade de negociação e que destina todos seus esforços em prol daquilo que defende.

Esse empreendedor de políticas públicas exerce papel preponderante na convergência dos fluxos múltiplos. Quando há essa convergência ocorre o que Kingdon (1995, 2007, 2011) chama de abertura de uma janela de oportunidades/políticas públicas. Momento propício para o problema ser apresentado e defendido conjuntamente com as soluções, via ação do empreendedor de políticas públicas, e ascenda ao topo da agenda de decisão do governo, resultando em mudança nessa agenda. Uma síntese disso pode ser observada na Figura 3.

Figura 3 – O Modelo de Fluxos Múltiplos de John W. Kingdon



Fonte: Nascimento, V. L. Q. (mai./jul. 2017). Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do modelo de fluxos múltiplos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), p. 363.

Ressalta-se que, segundo Kingdon (1995, 2007, 2011), não é possível ter apenas uma explicação para a ascensão de um tema à agenda decisória de um governo, pois isso ocorre pela conjunção de vários fatores em um momento específico. Na analogia dele, então, o que interessa não é saber de onde a semente vem, mas sim o que torna o solo fértil. De outro modo, o essencial não é entender como a ascensão de certo tema ao topo da agenda ocorre, mas sim o que torna isso possível.

3 METODOLOGIA

É importante explicar, inicialmente, que este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa maior acerca da análise de políticas públicas de turismo em municípios paraenses. A pesquisa em questão teve seu início em agosto de 2016, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Políticas Públicas de Turismo em Municípios Paraenses: o Turismo nas agendas de Belém e de Bragança". Durante o primeiro ano, agosto de 2016 a agosto de 2017, o objeto de estudo foi a política pública de turismo do município de Belém; e, no segundo ano, agosto de 2017 a dezembro de 2018, foi a política pública de turismo de Bragança (PA).

A pesquisa ora relatada possui caráter interdisciplinar, em consonância com Jantsch (1970), por articular o Turismo com outras disciplinas, como a Ciência Política e a Administração. E, a se pensar

segundo Farias e Arruda (2013), caracteriza-se por ser exploratória. Com vistas ao alcance do objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica ocorreu considerando publicações disponíveis em bases de dados tais como o Portal de Periódicos da CAPES, *Google Acadêmico* e em alguns periódicos de maior pontuação QUALIS na área de Turismo a partir da Plataforma Sucupira. Durante a pesquisa foram utilizadas como palavras-chave "Análise de Política Pública de Turismo" e "Modelo de Fluxos Múltiplos" (*Multiple Streams Model*). O horizonte temporal considerado foi de 6 anos, de 2012 a 2017.

Foi efetivada, também, pesquisa documental com o intuito de identificar os fatores influenciadores no processo de formulação da política pública de turismo do município de Bragança e os praticantes ativos nele envolvidos. De maneira exploratória, buscou-se coletar o máximo de informações sobre a política pública de turismo do município objeto do estudo, a partir da plataforma digital da Prefeitura Municipal de Bragança, *link* da Secretaria Municipal de Turismo de Bragança (SETUR-Bragança) e da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR).

Foram realizadas, ainda, entrevistas semiestruturadas com funcionárias do quadro efetivo da SETUR-Bragança, todas Turismólogas, e que exercem papel importante no fomento das políticas públicas de turismo no município. No decorrer das entrevistas, foi possível, também, obter acesso a alguns documentos que não estavam disponíveis em plataformas digitais e que foram essenciais ao alcance do objetivo da pesquisa. Ademais, é pertinente evidenciar que os roteiros das entrevistas foram elaborados em consonância com a teoria analítica utilizada.

Assim sendo, foram consideradas como categorias de análise: problemas, políticas públicas e política. E como variáveis interpretativas para a categoria problemas, os indicadores, eventos-foco e *feedback* sobre programas existentes; para as políticas públicas, a viabilidade técnica, harmonia com os valores das comunidades de especialistas e antecipação de restrições; e para a política, o clima/humor político nacional (estadual ou municipal), mudanças no governo e forças políticas organizadas. A análise das evidências coletadas foi realizada consoante o disposto por Bardin (2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Bragança está localizado na Amazônia oriental, a 212 km de Belém, capital do estado do Pará. Inicialmente, de acordo com o Plano Ver-o-Pará da Secretaria de Estado de Turismo [SETUR] (2012), estava localizado no polo Amazônia Atlântica. Porém, em 2019, com a reestruturação turística do estado do Pará, esse polo foi dividido em dois e renomeado. Assim sendo, Bragança passou a integrar a Região Turística Amazônia Atlântica Caeté (SETUR, 2019), sendo um dos municípios

prioritários para se trabalhar o turismo nela. O município possui um órgão destinado a fomentar a atividade, a SETUR-Bragança, entretanto, a política pública de turismo ainda não está materializada em um Plano Municipal de Turismo, pois o mesmo

[...] está sendo finalizado. Foi uma contratação através da FADESP, que a prefeitura de Bragança contratou uma equipe de pesquisadores da Faculdade de Turismo da UFPA. O trabalho está em andamento, houve diversas dificuldades, mas deverá ser concluído esse ano (2018). (Diretora de Turismo da SETUR-Bragança, comunicação pessoal, 10 abril, 2018).

Informação corroborada pela Coordenadora da Equipe Técnica responsável pela condução do processo de formulação do Plano ao relatar que

O processo teve início com a implantação da primeira turma do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pará em Bragança, em 2012. A partir de então houve uma aproximação entre a Prefeitura e a Faculdade de Turismo e nós fomos conversando e identificando algumas fragilidades que o município tem, principalmente, em relação à política de turismo. E nós estabelecemos essa parceria, firmada entre a Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará e a Prefeitura de Bragança, com o intermédio da FADESP, em 2014. Desde então, a Equipe Técnica, constituída por quatro professores, um bolsista e os alunos da Turma Turismo 2013, no âmbito da disciplina de Planejamento do Espaço Turístico, tem trabalhado no processo de formulação desse plano. (Comunicação pessoal, 19 fevereiro, 2019).

O processo de formulação desse plano, ainda segundo a Coordenadora da Equipe, segue uma metodologia que congrega os conceitos básicos do planejamento participativo e estratégico, dialogando

...com os técnicos da Prefeitura e com representantes de comunidade local, envolvendo também os empresários. De modo que cada um assumisse suas responsabilidades perante o trabalho e também contribuísse nas discussões para podermos ter uma avaliação mais completa e, assim, poder propor o que tinha que ser proposto para a construção do Plano. (Comunicação pessoal, 19 fevereiro, 2019).

O que demonstra a intenção de que todos os atores, majoritariamente os diretamente ligados ao turismo, participassem da elaboração do plano.

A mobilização dos participantes foi realizada pela SETUR-Bragança, mas quem fez a condução dos trabalhos foi a Equipe Técnica da FACTUR/UFPA/FADESP. De acordo com a Coordenadora dessa Equipe

Os momentos de participação se deram nas várias reuniões realizadas em Bragança; com a participação dos técnicos da Prefeitura no levantamento de dados. Fizemos, também, visitas nas comunidades e nelas conversávamos com os comunitários. Fizemos, ainda, entrevistas com representantes do empresariado local. Então, fizemos reuniões e depois oficinas para poder decidir como seria, realmente, o plano. (Comunicação pessoal, 19 fevereiro, 2019).

A última dessas oficinas participativas ocorreu em junho de 2018, com a participação, segundo essa mesma informante, de representantes da SETUR-Bragança, das comunidades locais, do setor empresarial e de representante do Legislativo, neste caso, um vereador municipal. Nessa oficina, foi feita a discussão conclusiva dos resultados do trabalho da Equipe para a redação da versão final do Plano.

Para a proposição das alternativas, a se pensar consoante ao Modelo de Fluxos Múltiplos, foi constatada a viabilidade técnica e a harmonia com a comunidade. Isto, pois, a Equipe Técnica aproveitava as reuniões e oficinas para discuti-las com os participantes ativos. O que pode ser comprovado no relato da Coordenadora da Equipe (Comunicação pessoal, 19 fevereiro, 2019) transcrito a seguir.

Nas oficinas e reuniões nós colocávamos as questões e eles (participantes) davam o feedback. A partir disso é que nós sentávamos e avaliávamos para poder decidir o que iria entrar enquanto ação, estratégia e enquanto diretriz no plano. Mas, nesse processo nós tínhamos alguns critérios técnicos. Por exemplo, nós utilizamos, além da discussão do planejamento estratégico, a metodologia de hierarquização dos atrativos do CICATUR, que é mesma utilizada pelo Ministério do Turismo. Mas essa metodologia é muito cartesiana, por ser numérica. Mas nós não ficamos só nela. Nós a pegamos e a levamos para discutir com os técnicos da Prefeitura e com a comunidade e os empresários. E a partir, dessa avaliação, digamos, mais totalizante é que nós tiramos as definições e proposições.

Em relação ao outro fator que influencia a proposição das alternativas, a antecipação de restrições, notadamente a orçamentária, é algo que, de acordo com a concepção da Coordenadora da Equipe Técnica, é importante, mas em um momento futuro. Sobre isso, ela explanou que

Na última oficina, realizada em junho de 2018, nós chamamos a atenção deles (participantes) para a importância da Casa Legislativa no momento em que o plano for entregue para o Prefeito. Pois, ele só vai ter orçamento realmente a partir do momento que esse plano virar lei e que essa lei seja um instrumento para garantir esse orçamento. Isso foi colocado na oficina e vai ser explicitado no documento do plano. Nós vamos entregar o plano ao Prefeito e, daí em diante, é um trabalho que será dos agentes públicos do município, do Executivo e do Legislativo, prover o orçamento para executar o que está previsto nele. (Coordenadora da Equipe Técnica, comunicação pessoal, 19 fevereiro, 2019).

Em suma, a antecipação de restrições, notadamente a orçamentária, não foi tomada como um fator preponderante para a proposição ou não das alternativas.

Nesse contexto, o plano está em fase final de elaboração, que é a redação do documento que será entregue ao Prefeito de Bragança. Esse documento terá a seguinte estrutura: Diagnóstico, Pesquisa de Demanda, Hierarquização dos Atrativos, Diretrizes, Estratégias e Ações (Coordenadora da Equipe Técnica, comunicação pessoal 19 fevereiro, 2019). Essa estrutura é a mesma utilizada nos planos de

turismo de municípios do mesmo porte que Bragança e também nos Plano Nacionais de Turismo (PNT) 2003-2007 e 2007-2010, sendo que nestes o detalhamento não chega ao nível das ações.

Um aspecto a ser enfatizado é quanto ao atendimento das orientações e determinações do Ministério do Turismo. Como dito anteriormente, o município integrava o polo turístico Amazônia Atlântica e, atualmente, faz parte da Região Turística Amazônia Atlântica Caeté. E é o ponto final da Rota Turística Belém-Bragança, um roteiro turístico formatado pelo governo do Pará, considerando o que define o Programa de Regionalização do Turismo, e que inicia em Belém, capital do estado.

Em relação aos fatores que influenciam o fluxo de problemas, é possível afirmar que tanto os indicadores quanto o *feedback* de programas já existentes foram identificados. Isto pois, foi constatada a existência de pesquisas de demanda. Uma delas foi a apontada pela Coordenadora da Equipe Técnica responsável pela formulação do plano anteriormente citada.

Outras duas pesquisas de demanda foram realizadas com o objetivo de coletar informações que subsidiassem a formação de um banco de dados e a definição de indicadores para embasar o monitoramento da atividade turística no município. Ocorreram durante dois grandes eventos que atraem visitantes para Bragança, a Marujada¹ (SETUR, 2013b) e o Carnaval (SETUR, 2014). Assim sendo, essas pesquisas de demanda e o Inventário da Oferta Turística de Bragança (PARÁ, 2013a) fornecem os indicadores apontados no Modelo de Fluxos Múltiplos.

Quanto ao *feedback* a programas já existentes, um deles é referente ao Plano de Posicionamento do Mercado de Turismo Religioso de Bragança (SETUR, 2013c). Teve como foco a Festividade de São Benedito e a Marujada. Apresenta alguns indicadores de turismo do Município e descreve a pluralidade de atrativos turísticos nele existentes, tais como as manifestações religiosas objeto do Plano e os atrativos naturais, a exemplo dos balneários e da Praia de Ajuruteua.

Tal documento atenta para um ponto importante, que é o perfil dos turistas que visitam o município de Bragança. Eles são, em sua maioria, turistas domésticos, advindos do próprio estado do Pará, com predomínio de turistas oriundos da cidade de Belém. Percebe-se, com isso, que o município ainda não consegue atrair turistas nacionais, mesmo tendo potencial para isso.

O *feedback* também adveio da execução de ações previstas no Plano do Ver-o-Pará² (SETUR 2012), mencionado anteriormente, e da experiência do município ao ser selecionado no Edital de

¹ Festividade em honra de São Benedito, que ocorre no final de dezembro.

² “Um plano que vai estimular a vocação natural do Pará de fazer da sua história, da sua cultura e do seu meio ambiente importantes insumos para o desenvolvimento econômico e social, baseado na sustentabilidade” (Plano Ver-o-Pará, <http://setur.pa.gov.br/plano-ver-o-para>).

Chamada Pública nº 001/2017³ (MTUR, 2017), cujo objetivo era transformar os festejos juninos bragantinos em um produto turístico consolidado. Foram selecionados apenas cinco entre vinte e cinco municípios que participaram da seleção. Os quesitos de análise incluíram aspectos referentes ao destino turístico (lôcus de realização do festejo), ao próprio festejo junino e à comercialização do produto turístico.

No que tange ao fluxo político, os fatores clima/humor político, neste caso, municipal, e as mudanças no governo foram identificados. Isto, pois, desde o início da parceria, em 2014, para formulação do plano de turismo do município, Bragança passou por mudança no governo que foi fruto do processo eleitoral 2016. Isso pode ser observado no relato abaixo transcrito.

Um problema que nós enfrentamos foi a inconstância da gestão públicas municipal, pois de 2014 para cá houve período eleitoral e mudou o prefeito. E mesmo nessa última gestão que está houve mudança de secretário. Então, isso dificulta muito. Dificulta para os técnicos que estão lá na Prefeitura e dificulta para nós. Porque você conversa com um, daí muda, e não é mais o que foi conversado. Vai ter que ter outro diálogo. E isso leva tempo.

E isso contribuiu para que a elaboração do plano se estendesse de 2014 até este ano de 2019, quando está sendo finalizado. Em suma, mesmo com a mudança de prefeito e de secretário, por conta das eleições, o clima político municipal continuou favorável para a atividade, embora o turismo não seja considerado como prioridade, o que configura uma contradição.

Isto, pois, segundo a Técnica Efetiva 1 da SETUR-Bragança (comunicação pessoal, 13 abril, 2018), "...não houve nenhuma referência do atual gestor, quando era candidato, em seu programa de governo quanto ao turismo ... e o mesmo não demonstra qualquer entendimento ou mesmo interesse sobre o tema". Fato que é apontado como uma das dificuldades que a equipe da SETUR-Bragança enfrenta para o planejamento da atividade. Assim, a política pública de turismo do município "...só tem se dado por conta de existir uma equipe técnica concursada, efetiva e qualificada que ainda imprime esforços para que a atividade se desenvolva" (Técnica Efetiva 1 da SETUR-Bragança, comunicação pessoal, 13 abril, 2018). O que demonstra a visão e o interesse do segundo escalão do Executivo, representado pelos técnicos da SETUR-Bragança; e o contrário, no caso do mais alto representante do Executivo municipal, o Prefeito.

Esse esforço é observado no avanço que a atividade turística vem tendo no município, mesmo que ainda com algumas dificuldades. Os resultados descritos nos documentos já citados e

³ Cujos objetos eram selecionar cinco destinos turísticos nacionais que realizassem festejos juninos para receber ações de promoção, comunicação e apoio à comercialização coordenadas e custeadas pelo MTUR e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). [Maiores detalhes acessar o link: http://www.turismo.gov.br/images/edital_chamada_publica_festejos_juninos.pdf.](http://www.turismo.gov.br/images/edital_chamada_publica_festejos_juninos.pdf)

principalmente sobre a elaboração do Plano Municipal de Turismo. Também é importante ressaltar que Bragança foi um dos cinco destinos brasileiros selecionados para receber ações de promoção e divulgação do Ministério do Turismo, a partir da aprovação em um edital nacional, que também possibilitou reafirmar o empenho da equipe técnica municipal.

Em relação aos participantes ativos visíveis e invisíveis, foi identificada a atuação apenas dos invisíveis. Isto, pois, além, da atuação da equipe técnica da SETUR-Bragança, também participaram das reuniões e oficinas de formulação do Plano, representantes das comunidades e do setor empresarial. Houve também a participação, mesmo que somente na última oficina realizada (ocorrida em junho de 2018), de um representante do segundo escalão do Legislativo, um vereador municipal.

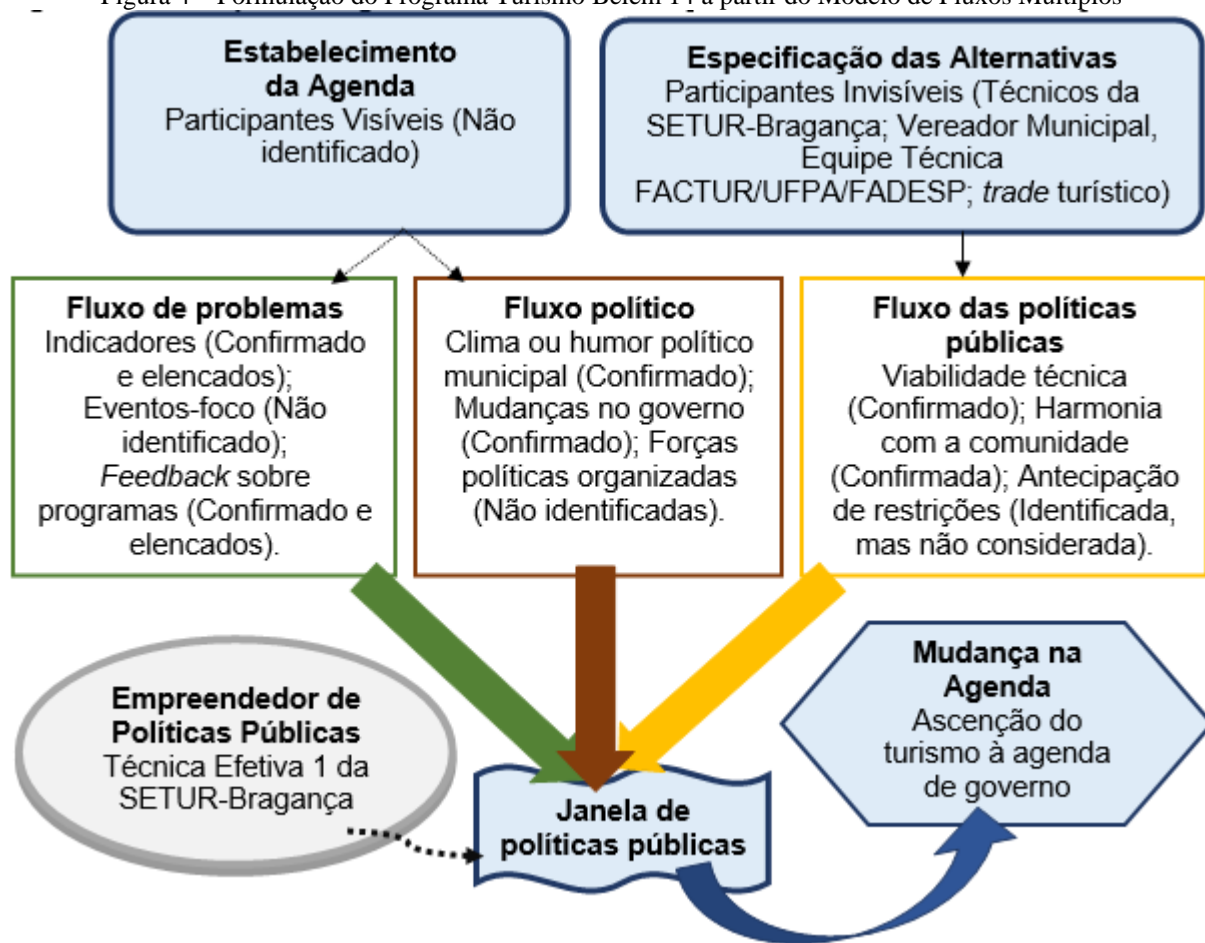
Vale ressaltar que foi identificada a existência do Conselho Municipal de Turismo de Bragança (COMTUR) que, de início, congregava treze membros, sendo seis representantes do poder público e sete da sociedade civil organizada, conforme consta na Lei nº 3.491, de 10 de abril de 2001 (2001). Informações obtidas durante a pesquisa apontam que o COMTUR passou por algumas mudanças desde a sua criação, sendo que atualmente há a participação de representantes da iniciativa privada. Por conseguinte, o documento que institucionaliza o Conselho está sendo reformulado, para que sejam feitas as devidas e necessárias atualizações, entre as quais a inclusão da representatividade do setor empresarial.

É importante destacar que o Conselho passou um período desativado, impossibilitando, em alguns momentos, a participação de seus integrantes nos processos de formulação das políticas públicas do município. Uma vez que "*...o COMTUR passou alguns anos desativado e como a reativação só aconteceu agora em 2017, quando a primeira etapa do Plano já havia sido realizada, o Conselho não teve nenhuma participação.*" (Técnica Efetiva 2 da SETUR-Bragança e que representa a Secretaria no Conselho, comunicação pessoal, 13 abril, 2018). Assim sendo, essa comunidade de políticas públicas, na concepção de Kingdon (1995, 2007, 2011), embora seja relevante, não contribuiu para a formulação do plano.

Todavia, o *trade* turístico municipal participou do processo de formulação da política pública de turismo do município. O que aconteceu de maneira individualizada, e não pelo COMTUR, como relatado pela Coordenadora da Equipe Técnica da FACTUR/UFPA/FADESP. Há que se registrar que "*...os empresários cobram muito do poder público, mas nunca estão abertos a participação e contribuição, como por exemplo participar das reuniões do COMTUR.*" (Técnica Efetiva 1 da SETUR-Bragança, comunicação pessoal, 13 abril, 2018). Por conseguinte, a reativação do Conselho tem sido trabalhada com essa justificativa, de buscar avançar nessa articulação entre os três setores.

Por fim, constatou-se que o papel de empreendedor de políticas públicas, descrito no Modelo analítico, foi desempenhado pela Técnica Efetiva 1 da SETUR-Bragança. Turismóloga de formação, ela intermediou a articulação entre a FACTUR/UFPA/FADESP e a Prefeitura para o estabelecimento da parceria com o objetivo de formulação do Plano Municipal de Turismo. Era quem representava o município junto ao Governo do Estado e presidia o Fórum de Turismo do Polo Amazônia Atlântica, que congregava 49 municípios do litoral paraense entre os quais Bragança. Ressalta-se que o Fórum da atual Região Turística Amazônia Atlântica Caeté ainda não está constituído. A se considerar o Modelo de Fluxos Múltiplos, constatou-se que houve a convergência dos três fluxos. O que pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Formulação do Programa Turismo Belém 14 a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos



Fonte: Adaptado a partir de Nascimento, V. L. Q. (mai./jul. 2017). Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do modelo de fluxos múltiplos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), p. 363; e da pesquisa.

Constata-se, por fim, que, em que pese os fluxos tenham convergindo conjuntamente, apenas o fluxo das políticas públicas se comportou como preconiza o Modelo de Fluxos Múltiplos. Pois, foi o único em que os fatores influentes foram totalmente identificados, mesmo que um deles (restrição

orçamentárias) tenha sido considerado apenas para a etapa de implementação do plano. Dessa feita, houve um contexto político minimamente favorável para a proposição de alternativas para o fomento de uma determinada questão, o turismo. Portanto, quando os fluxos convergiram, o turismo foi elevado a uma posição de destaque na agenda decisória, o que possivelmente aconteceu em função da atuação da Técnica Efetiva 1 da SETUR-Bragança.

5 CONCLUSÃO

O trabalho ora relatado é parte de uma pesquisa maior, que visa entender de que maneira ocorre a formulação das políticas públicas de turismo em municípios paraenses. Contribui para a expansão de estudos sobre a análise de política pública de turismo em território nacional, tendo como objeto os processos decisórios de estabelecimento da agenda e de especificação das alternativas. E, principalmente, no contexto da região Amazônica.

A princípio constatou-se que a política pública de turismo de Bragança ainda não está materializada em um Plano Municipal de Turismo, pois este está em etapa final de formulação. Porém, mesmo que o Plano ainda esteja sendo finalizado, foi possível identificar fatores que, de acordo com a teoria utilizada, influenciam os fluxos múltiplos. E, também, um que não consta nesse modelo, mas que se fez notar, qual seja a influência das orientações e determinações do Ministério do Turismo interferindo no fluxo das políticas públicas.

Constatou-se que os fluxos se comportaram conforme descreve o Modelo de Kingdon. Porém, os fatores que os influenciam foram totalmente identificados apenas quanto ao fluxo das políticas públicas. Quanto aos fluxos de problemas e político, apenas dois dos fatores que interferem em cada um deles foram assinalados.

Mesmo existindo um Conselho Municipal de Turismo em Bragança, que congrega representantes dos setores público, privado e da sociedade, ele não participou do processo de formulação do Plano. Porém, o *trade* turístico, de maneira individualizada, e representantes do segundo escalão do Executivo e do Legislativo, além da própria Equipe da FACTUR/UFPA/FADESP o fizeram. O que corrobora o disposto no Modelo de Fluxos Múltiplos sobre os participantes ativos invisíveis, dos quais emergiu o participante que personificou o empreendedor de políticas públicas.

Por fim, conclui-se que se faz necessária a continuidade da pesquisa. Isto para identificar se o que acontece no município de Bragança se repete em outros municípios do antigo Polo Amazônia Atlântica, atual Região Turística Amazônia Atlântica Caeté, e do estado do Pará.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borges, M. S., & Silva, P. C. B. da. (2019). O turismo rural pensado como política pública para o desenvolvimento econômico, social e a preservação histórica: o caso “Caminhos do Brasil Imperial”. *Brazilian Journal of Development*, 5(6), pp. 6278-6294. Recuperado em 23 junho, 2019, de <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/viewFile/1860/1838>
- Chagas Neto, F. S., & Almeida, O. T. (2016). Características, desafios, e perspectivas do turismo no Plano Plurianual da Prefeitura de Belém nos anos 2014-2017. In: M. C. Bahia, & S. L. Figueiredo (Org.). *Planejamento e Gestão pública do Turismo e do Lazer*. Belém: NAEA.
- Coelho, S. D., Mota, K. C. N., & Vasconcelos, F. P. (abr. 2015). A visão da comunidade na implantação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida: políticas públicas no bairro Grande Pirambu Fortaleza - CE. *Revista Turismo Visão e Ação*, 17(1), pp. 210-240. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/7707>.
- Farias, M. C., Filho, & Arruda, E. J. M., Filho. (2013). *Planejamento da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas.
- Farsari, I., Butler, R. W., & Szivas, E. (jul. 2011). Complexity in tourism policies: a Cognitive Mapping Approach. *Annals of Tourism Research*, 38(3), pp. 1110-1134. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738311000533>.
- Garcia, F. A. (jul. 2014). A comparative study of the evolution of tourism policy in Spain and Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 11, pp. 34-50. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973614000178>.
- Gottens, L. B. D., Pires, M. R. G. M., Calmon, P. C. D. P., & Alves, E. D. A. (2013). O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. *Saúde e Sociedade*, 22(2), pp. 511-520. Recuperado em 27 outubro, 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200020.
- Jantsch, E. (1970). Inter and transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. *Policy Sciences*, 1(1), pp. 403-428.
- Kanitz, H. G., Trigueiro, R. P. C., Araújo, M. A. D. de, & Souza, W. J. de. (2009, setembro). Plano Nacional de Turismo 2007/2010: da análise do conteúdo aos desafios da prática. *Anais do Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)*, São Paulo, SP, Brasil.
- Kingdon, J. W. (1995) *Agenda setting*. In S. Z. Theodoulou & M. A. Cahn (Org.). *Public policy: the essential readings* (Cap. 13, pp. 105-113). New Jersey, USA: Prentice Hall.
- Kingdon, J. W. (2007). *Juntando as coisas*. In E. Saraiva & E. Ferrarezi (Org.). *Políticas públicas: coletânea* (Vol. 1, pp. 225-246). Brasília, BR: ENAP.
- Kingdon, John W. (2011). *Agendas, alternatives, and public policies* (2nd ed. Updated). [S.l.], USA: Longman Classics.

Lei Municipal nº 3.491, de 10 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e dá outras providências. Bragança, PA.

Metten, A., Costa, L. S., Gadelha, C. A. G., & Maldonado, J. (jul./ago. 2015). A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Revista de Administração Pública*, 49(4), pp. 915-936. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-00915.pdf>.

Ministério do Turismo. (2017). Sai resultado final da chama pública para promoção de festejos juninos. Recuperado em 14 fevereiro, 2018, de www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7764-sai-resultado-final-da-chamada-p%C3%BAblica-para-promo%C3%A7%C3%A3o-de-festejosjuninos.html.

Nascimento, V. L. Q. (2012, maio). Plano Nacional de Turismo 2003-2007: afinal, o que resultou?. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, Belém, PA, Brasil.

Nascimento, V. L. Q. (dez. 2014). Semelhanças e diferenças das políticas de turismo em estados da Amazônia brasileira. *Revista TURyDES – Turismo y Desarrollo Local*, 7(17), pp. 1-11. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/politicas-turismo.html>.

Nascimento, V. L. Q. (2015). Políticas Públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Nascimento, V. L. Q. (mai./jul. 2017). Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do modelo de fluxos múltiplos. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), pp.357-375. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6561>.

Nascimento, V. L. Q., & Simonian, L. T. L. (ago./out. 2014). A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(3), pp.618-645. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/download/807/714>.

Nascimento, V. L. Q.; Simonian, L. T. L., & Farias, M. C., Filho. (jan./abr. 2016a). Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007- 2011. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(1), p. 129-151. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/924>.

Nascimento, V. L. Q.; Simonian, L. T. L., & Farias, M. C., Filho. (abr. 2016b). Política pública de turismo do Amazonas a partir do modelo de fluxos múltiplos. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 16(1), pp. 141-157. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://dx.doi.org/10.18472/vt.16n1.2016.1055>.

Noia, A. C., Vieira, A., J., & Kushano, E. S. (out. 2007). Avaliação do Plano Nacional de Turismo: a gestão do Governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo*, (1),

[edição especial], pp. 23-38. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/221>.

Oliveira, F. G. de. (dez. 2015). O turismo na agenda das políticas urbanas na contemporaneidade: uma análise sobre os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (1996-2012). *Caderno Virtual de Turismo*, 15(3), pp. 263- 275. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1217>.

Secretaria de Estado de Turismo. (2012). Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do estado do Pará 2012-2020 – Relatório Executivo. (Consultoria realizada pela Chias Marketing Ltda.). Belém: SETUR.

Secretaria de Estado de Turismo. (2013a). Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança. Belém: SETUR. Recuperado em 20 janeiro, 2018 de http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_braganca_versao_final_07.11.pdf.

Secretaria de Estado de Turismo. (2013b). Pesquisa de Demanda Turística do Festival da Marujada, Bragança-PA - 2013. Belém: SETUR.

Secretaria de Estado de Turismo. (2013c). Plano de Posicionamento do mercado de turismo religioso de Bragança. Belém: SETUR.

Secretaria de Estado de Turismo. (2014). Pesquisa de Demanda Turística do Carnaval de Bragança - 2014. Belém: SETUR.

Secretaria de Estado de Turismo. (2019). Portaria nº 164/2019/GEPS/SETUR. Dispõe sobre a regionalização do turismo no Estado do Pará e dá outras providências. Belém: SETUR.

Sancho, A., & Irving, M. (2010). Interpretando o Plano nacional de turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(3), pp. 103-120. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115421651009>.

Sancho, A., & Irving, M. (jan./jun. 2011). Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2012: uma interpretação preliminar. *Geografias Artigos Científicos*, 7(1), pp.44-57. Recuperado em 27 de outubro, 2017, de <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewArticle/130>.

Sansolo, D. G. (abr. 2013). Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. *Caderno Virtual de Turismo*. 13(1), pp. 105-119. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>.

Silva, J. M. da. (jun. 2013). Política de turismo e representações da Amazônia: o turismo ecológico e cultural no estado do Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*, (Suplemento), 16(1), 317-329. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1340/1850>.

Silva, A. B., & Moraes, I. H.S. de. (2012). O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(3), pp. 1211-1235. Recuperado em 27 outubro, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n3/19.pdf>.

Stevenson, N., Airey, D., & Miller, G. (jul. 2008). Tourism Policy Making: the policymakers' perspectives. *Annals of Tourism Research*, 35(3), pp. 732-750. Recuperado em 27 outubro, 2018, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016073830800056X>.

Trevisani, J. de J. D., Burlandy, L., & Jaime, P. C. (2012). Fluxos Decisórios na Formulação das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família. *Saúde e Sociedade*, 21(2), p. 492-509. Recuperado em 27 outubro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n2/a21v21n2.pdf>.

Wang, D., & AP, J. (jun. 2013). Factors affecting tourism policy implementation: a conceptual framework and a case study in China. *Tourism Management*, 36, pp. 221-233. Recuperado em 16 dezembro, 2017, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517712002373>.